

Carlos Nelson Coutinho<sup>1</sup>

## A Presença de Gramsci no Brasil

**Resumo:** O artigo traça a trajetória histórica da incorporação do pensamento gramsciano no Brasil. Tematiza também a influência contemporânea de Gramsci na intelectualidade e na esquerda brasileiras, problematizando leituras controvertidas e, até, arbitrárias do pensador sardo e que fogem a sua tradição teórico-política. Resgata, por fim, a atualidade e potencialidade das categorias gramscianas, para a interpretação do Brasil e a construção do socialismo.

**Palavras-chave:** Gramsci; Brasil; sociedade civil.

**Abstract:** Analysing the gramscian's thought trajectory in Brasil the author focus on the main controversial issues that permeated its diffusion among brasilian intellectuals recapturing the fecundity of gramscian conceptual frame on the comprehension of Brazilian political processes and pushing socialism.

**Keywords:** Gramsci; Brazil; civil society.

### 1.

Gramsci chegou ao Brasil, no início dos anos sessenta. Podemos encontrar alguma referência de seu martírio e de sua condição de fundador do Partido Comunista Italiano, nas publicações comunistas ou de esquerda, ainda nos anos trinta e, principalmente, após o fim da primeira guerra porém, antes dos anos sessenta, ninguém conhecia efetivamente o seu pensamento no Brasil. Isto não nos surpreende, se recordamos que o marxismo brasileiro da época tinha como principal fonte “teórica” os famigerados manuais soviéticos do “marxismo-leninismo”. Aquele, que se transformaria, a partir dos anos setenta, em um dos autores estrangeiros mais lidos e discutidos no Brasil – não somente pelos marxistas –, era, até o final dos anos cinquenta, um quase desconhecido entre nós<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Professor de Teoria Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Autor de vários estudos do pensamento de Gramsci, sendo reconhecido nacional e internacionalmente por ser um dos introdutores do pensamento do revolucionário italiano no Brasil. Tradução do italiano para o português de Ednéia Alves de Oliveira, doutoranda do Programa de Pós-graduação de Serviço Social da UERJ.

<sup>2</sup> Sobre a chegada de Gramsci no Brasil consultar, dentre outros, I. Simionatto, *Gramsci. Sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*, Cortez, São Paulo 1995; e L. Secco, *Gramsci e o Brasil. Recepção e difusão de suas idéias*, Cortez, São Paulo 2002. In italiano, cfr. M. A. Nogueira, *Gramsci e il dibattito politico-culturale in Brasile*, in *Critica marxista*, 6 (1991), pp. 43-56; C. N. Coutinho, *In Brasile*, in A. A. Santucci (org.), *Gramsci in Europa e in America*, Laterza, Roma-Bari 1995, pp. 123-140 (onde o leitor pode encontrar uma versão ampliada da primeira parte do presente texto); e M. Albertaro, *Gramsci, "Critica marxista" e l'America Latina*, in *Testo e senso* <www.testoesenso.it>, 8 (2007).

Esta situação começa a mudar no correr do decênio. Com a intensificação das lutas populares que marcaram o fim do período “populista”, iniciado em 1950 e interrompido pelo golpe militar de 1964, se expande com força a influência da esquerda – em particular o Partido Comunista Brasileiro (PCB) – na vida política e cultural do país. Neste momento, ocorrem as primeiras referências a Gramsci, sobretudo pelos jovens intelectuais comunistas, nas publicações relacionadas ou influenciadas pelo PCB.

Tais referências são emblemáticas, pois indicam os traços mais característicos deste primeiro ciclo da presença de Gramsci no Brasil: o Gramsci ali mencionado não é certamente o teórico perspicaz do Estado “ampliado” e da revolução socialista no “Ocidente”, nem o pesquisador das vias “não clássicas” (a “revolução passiva”) de transição ao capitalismo, mas, sobretudo o “filósofo da práxis”, o proponente de uma leitura humanística e histórica do marxismo, radicalmente diferente daquela presente nos manuais “marxista-leninistas”.

Criava-se, desta forma e talvez inconscientemente, uma clara “divisão do trabalho”, cujos efeitos prejudicaram a abertura deste primeiro ciclo gramsciano no Brasil: os intelectuais comunistas podiam agir mais ou menos livres no campo da cultura, propondo uma renovação filosófica radical do marxismo brasileiro, mas competia ainda ao partido político a tarefa de decidir sobre as questões políticas específicas. Disto resultava uma ambígua – e, a longo prazo, insustentável – coexistência entre “marxismo ocidental” na cultura e “marxismo-leninismo” na política.

Esta divisão do trabalho permitiu finalmente que fossem publicados no Brasil, além de Gramsci, autores como György Lukács, Lucien Goldmann, Adam Schaff, Walter Benjamin, Theodor W. Adorno, Herbert Marcuse, dentre outros. Encerrava-se, portanto definitivamente, o monopólio dos manuais soviéticos: o marxismo brasileiro, assim como aquele mundial, entrava numa era de explícito pluralismo.

Diante deste contexto, foi formulado e, em parte, ativado, o ambicioso projeto de publicação, em português, da obra *Cartas do Cárcere* e da antiga edição temática dos cadernos, a única existente até então. Entre os anos de 1966 e 1968, além de uma coleção das cartas, foram publicados, no Brasil, quatro volumes da edição temática dos cadernos (*O materialismo histórico, Os intelectuais, Literatura e vida nacional e Maquiavel*).<sup>3</sup>

Este primeiro ciclo tinha, para os seus idealizadores, um objetivo claro: apresentar ao leitor brasileiro um Gramsci especialmente filósofo e crítico literário, em que a dimensão estritamente política tinha um peso secundário. É neste sentido, por exemplo, que Gramsci é apresentado na introdução da primeira edição brasileira de *Materialismo Histórico* como aquele que “melhor definiu o verdadeiro o caráter da filosofia marxista”. Quanto à dimensão teórico-política da sua obra, mencionada em poucas linhas, Gramsci era considerado – de comum acordo com a leitura togliatiana de 1958 – como um continuador direto do pensamento de Lênin<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> A. Gramsci, *Concepção dialética da história*, 1966; Id., *Cartas do cárcere*, 1966; Id., *Os intelectuais e a organização da cultura*, 1968; Id., *Maquiavel, a política e o Estado moderno*, 1968; Id., *Literatura e vida nacional*, 1968, todos publicados pela Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

<sup>4</sup> C. N. Coutinho e L. Konder, *Nota sobre Antonio Gramsci*, in A. Gramsci, *Concepção dialética da história*, cit., pp. 1-7.

Por outro lado, quando nos detemos numa contribuição virtual de Gramsci sobre a particularidade brasileira, os organizadores desta edição se referiam somente à questão literária e à situação dos intelectuais, que, no Brasil, também foi marcada pela ausência de uma verdadeira dimensão nacional-popular. Não existe nenhuma alusão à possibilidade de que a obra gramsciana pudesse ser utilizada para reavaliar radicalmente a questão da democracia e do socialismo no Brasil.

## 2.

Esta primeira tentativa de inserção de Gramsci junto ao público brasileiro teve uma fraca repercussão. O nosso autor foi publicado no Brasil, num momento em que amplos setores da intelectualidade de esquerda radicalizavam sua oposição a uma ditadura que, por sua vez, também se radicalizava, não vislumbrando nas propostas formuladas pelo PCB (e da cultura marxista que se mantinha sob a sua influência) uma resposta capaz de se contrapor ao desafio colocado pela nova situação. Existia, na estratégia gradualista de luta contra a ditadura, proposta então pelo PCB, uma clara alusão ao conceito de “guerra de posição” gramsciano. Porém, na medida em que esta estratégia foi apresentada, não como parte de uma nova teoria da revolução no “Ocidente”, mas, sobretudo, como consequência de uma imagem do Brasil como país atrasado que deveria ainda realizar uma “revolução democrático-burguesa”, ela era entendida por grande parte da intelectualidade de esquerda como expressão de oportunismo e de capitulação política.

Foi então natural, que, ao jogar fora a água suja da bacia, tinha ido também a criança: a recusa dos modelos analíticos e estratégicos, formulados pelo PCB, trouxe não somente a condenação da sua tática, mas também um mal estar profundo, diante das propostas de renovação filosófico-cultural, iniciadas pelos seus intelectuais. As propostas gramscianas no plano intelectual eram identificadas com um comportamento fortemente nacionalista e “populista”. Não foi por acaso que, enquanto as traduções brasileiras de Marcuse e Althusser tiveram sucessivas reedições, as de Gramsci foram injustamente colocadas nos *Remainders*.

Este resultado, não muito feliz, do primeiro ciclo gramsciano no Brasil, se, por um lado, foi determinado, em grande parte, pelas difíceis condições político-institucionais em que se desenvolveram, foi, também, fruto das contradições internas, próprias do projeto dos intelectuais comunistas que o idealizaram. Como já foi dito, a novidade essencial da obra de Gramsci permaneceu na sombra: ele era considerado somente como um filósofo original, como um eminente teórico da cultura. Não se destacava, ainda, como ocorrera no segundo ciclo da sua permanência entre nós, iniciada na segunda metade dos anos setenta, a centralidade da política, na reflexão do revolucionário sardo. Somente depois desta emersão da dimensão política do nosso autor, foi possível despertar o interesse pelo Gramsci filósofo e crítico, hoje presente no centro de uma leitura global, capaz de restituir a dimensão verdadeiramente universal do seu trabalho teórico.

## 3.

Este segundo ciclo da chegada de Gramsci no Brasil ganha impulso na segunda metade dos anos setenta: a bibliografia registra, entre 1975 e 1980, a publi-

cação de 24 títulos sobre o nosso autor (enquanto consta apenas 3 em todo o período anterior), além de sucessivas reedições dos volumes temáticos gramscianos, já publicados nos anos sessenta<sup>5</sup>.

Este significativo impulso teve, penso eu, duas causas principais. Em primeiro lugar, o processo inicial de “abertura” política, que gradualmente erodiu o regime militar, criando um clima de relativa liberdade na vida cultural. Em segundo lugar – e este é certamente o fator mais importante –, a esquerda brasileira adota uma perspectiva de autocrítica radical dos seus velhos modelos, sejam aqueles ancorados na Terceira Internacional, sejam aqueles (maoísta, castrista, trotskista) que defenderam e, em muitos casos, colocaram em prática a luta armada.

Foi neste contexto que o pensamento de Gramsci voltou a circular no nosso país. Neste período, Gramsci não se apresenta somente como um eminente filósofo, mas, sobretudo, como o maior teórico marxista da política e, neste sentido, como aquele que podia fornecer os fundamentos para uma concepção adequada das necessidades do país moderno e “ocidental”, como era o Brasil dos anos setenta.<sup>6</sup> De novo lançado, sobretudo (mas não somente) pelos intelectuais ligados ao PCB, a recuperação do legado gramsciano se tornava, naquele momento, o instrumento privilegiado de uma operação, que tendia abertamente à ruptura com a esclerose doutrinária do partido e propunha, em seu lugar, uma nova cultura política de esquerda, adequada à modernidade brasileira e, ao mesmo tempo, à altura das considerações mais avançadas da reflexão marxista internacional do período, sobretudo, daquela ligada ao Partido Comunista Brasileiro.

Porém, os conflitos entre os gramscianos, até então definidos como “euro-comunistas”, e a direção do PCB se fizeram sentir muito cedo. Os anos sucessivos – marcados pelo fim da longa transição da ditadura a democracia no nosso país – demonstraram que neste conflito entre os “gramscianos” e o PCB, este último foi o verdadeiro derrotado: enquanto a influência do velho partido era cada vez mais em declínio, tanto nos movimentos sociais quanto entre os intelectuais, o pensamento de Gramsci e a nova teoria do Socialismo ligada ao seu nome, passavam a ser finalmente bastante difundidos, obtendo numerosos consensos em amplos setores políticos e culturais.

Esta difusão, como veremos, superou a linha estreitamente política, manifestando-se, também, no pensamento social em geral, sobretudo, dentro das universidades. Mas, também como proposta declaradamente política, o “gramsciano” brasileiro prosseguiu a sua marcha: começou a expandir-se em diversos setores da esquerda, a qual, talvez pela primeira vez no Brasil, se tornava, finalmente, majoritariamente constituída – pelo menos, desde a fundação do Partido dos Trabalhadores, o PT, em 1980 – por personalidades, partidos e movimentos sociais situados fora do PCB.

#### 4.

A expansão da influência de Gramsci nos mais diversos ambientes teve, certamente, um lado positivo: o transformou num dos pensadores estrangeiros mais

<sup>5</sup> O leitor encontrará uma bibliografia quase completa dos textos de e sobre Gramsci, publicados no Brasil, no site *Gramsci e o Brasil* <[www.gramsci.org](http://www.gramsci.org)>.

<sup>6</sup> Sobre a natureza “ocidental” (no sentido gramsciano) do Brasil e de vários países latino-americanos, cfr. C. N. Coutinho, *Gramsci e i Sud del mondo: tra Oriente e Occidente*, in *Crítica marxista*, 6 (2003), pp. 19-23.

discutidos no Brasil, nos dias de hoje. Mas, tal expansão foi acompanhada, talvez, como resultado da complexidade do seu pensamento, de leituras muito diversas do seu legado, nem sempre justificáveis filologicamente. É assim que Gramsci é comumente apresentado entre nós – e, também, em quase todos os lugares –, ora como um semiliberal-social-democrata, ora como um revolucionário dos primeiros tempos, antiparlamentarista e insurrecionalista.

Um claro exemplo de leitura arbitrária de Gramsci aparece na utilização, em muitos casos no Brasil, de um dos seus conceitos mais importantes, exatamente aquele referente à sociedade civil<sup>7</sup>. Esta leitura equivocada tem uma origem “empírica”: no contexto da luta contra a ditadura, “sociedade civil” se torna sinônimo de tudo aquilo que se contrapunha ao Estado ditatorial. Esta identificação foi facilitada pelo fato em que, no período final da ditadura, exatamente quando teve início o segundo ciclo gramsciano, até mesmo os organismos não governamentais, ligados ao grande capital (apesar de serem os verdadeiros beneficiários do regime militar), começaram, progressivamente, a desligar-se da ditadura e a esboçar uma tímida oposição, percebendo, já, o seu declínio inevitável. Disto, resultou, já naquele tempo, uma primeira leitura problemática do conceito: sociedade civil/Estado – o que constitui em Gramsci, segundo as suas palavras, uma “identidade-distinção”<sup>8</sup> – assumiu ares de uma dicotomia radical, marcada por uma ênfase maniqueísta.

De acordo com essa leitura, em clara oposição ao que foi desenvolvido em Gramsci, tudo aquilo que advém do conceito de “sociedade civil” é visto de forma positiva, enquanto, o contrário, qualquer referência ao Estado aparece impregnada de conotações negativas. Não me parece casual que, durante este período, a leitura de Gramsci – em muitos dos nossos intelectuais de esquerda – foi combinada com a recepção acrítica da obra de Bobbio, como se, entre o comunista Gramsci e o liberal Bobbio, não existissem contradições profundas. Data deste período, também, a progressiva passagem transformista de parte da nossa intelectualidade de esquerda em direção a posições, inicialmente, social-democratas e, mais recentemente, claramente neoliberais.

Este desvio conceitual, muitas vezes apresentado como a verdadeira teoria gramsciana, contribuiu, quando do momento de transição, a obstruir o caráter contraditório das forças sociais que formavam a nova sociedade civil brasileira. Contudo, as coisas se agravaram posteriormente, quando, no final dos anos oitenta, a ideologia neoliberal em crescente ascensão se apropriou da dicotomia maniqueísta entre Estado e sociedade civil, para transformar em demoníaco tudo aquilo que resultava do Estado (ainda se se tratasse do Estado de direito, permeável, enquanto tal, de pressões das classes subalternas), utilizando como instrumento acrítico de uma “sociedade civil” despolitizada, ou seja, convertida em um mítico “terceiro setor”, falsamente colocado entre o Estado e o mercado.

## 5.

Não podemos nos esquecer, contudo, de que este segundo ciclo gramsciano não ficou restrito ao domínio da política *strictu sensu*, mas teve um raio de ação

<sup>7</sup> Cfr. C. N. Coutinho, *La società civile in Gramsci e il Brasile di oggi*, in *Critica marxista*, 3 - s4 (2000), pp. 67-80.

<sup>8</sup> A. Gramsci, *Quaderni del carcere*, a cura di V. Gerratana, Einaudi, Torino, 1975, p. 1028.

muito mais amplo. Foi neste período, por exemplo, que o pensamento de Gramsci, pelo menos em maneira sistemática, finalmente adentrou na universidade. É emblemático o fato de que, das 34 monografias ou coleções, até então publicadas sobre Gramsci, escritas ou organizadas por brasileiros, pelo menos 16 foram teses acadêmicas (e outras tantas ainda não publicadas). Ainda, a partir de 1975, mas, sobretudo, nos últimos decênios, importantes pesquisas universitárias vêm sendo desenvolvidas, sobre a influência direta de categorias ou problemáticas gramscianas. Estas pesquisas abrangem diversos terrenos temáticos, indo da antropologia e da filosofia à sociologia e à ciência política, envolvendo temas diversos como cultura popular, religião, pedagogia, literatura, política social etc.

Por outro lado, o interesse por Gramsci transcende, hoje, o círculo dos intelectuais marxistas e dos partidos de esquerda. Podemos registrar a evidente presença do pensamento gramsciano, por exemplo, na elaboração da teologia da libertação, ainda hoje, uma das correntes ideológicas (inclusive depois dos ataques dos papas Wojtila e Ratzinger) mais importantes no nosso país.<sup>9</sup> A sua obra tem suscitado o interesse, também, de pensadores liberais, cuja reação a Gramsci nem sempre foi a de uma simples aversão; no caso de pensadores liberais teoricamente mais significativos, presenciamos, inclusive, um carinho particular com referência a Gramsci, mas que procura sempre valorizar aquilo que é a força motriz da sua reflexão, ou seja, a sua posição socialista e revolucionária. É o que podemos observar, por exemplo, nas obras que José Guilherme Merquior e Oliveira S. Ferreira dedicaram a Gramsci<sup>10</sup>. Ainda quando era presidente da República, o então sociólogo Fernando Henrique Cardoso, em uma entrevista concedida a um jornal de grande difusão – claramente inspirada, ainda que não declaradamente, em um texto de Massimo D’Alema, apenas publicado no Brasil –, citou Gramsci, diversas vezes, para justificar a sua política privatista, dizendo que o pensador sardo era antiestatista e, portanto, defensor de uma “revolução liberal”<sup>11</sup>.

Mais recentemente, até o pensamento de direita vem-se ocupando de Gramsci. Para jornalistas como Olavo de Carvalho e Reinaldo Azevedo, que escrevem para grandes jornais da mídia brasileira, Gramsci – e não Lênin – é o verdadeiro inimigo: a teoria gramsciana da hegemonia tem sido apresentada como uma forma sutil de “lavagem cerebral”, voltada para destruir o senso comum e preparar para o triunfo do comunismo. Carvalho não hesita em dizer que Gramsci e os gramscianos já venceram no Brasil, pois controlam não só o governo e a burocracia estatal, mas também os meios de comunicação e todo o sistema educacional. De acordo com este jornalista (que gosta de se apresentar como “filósofo”), no Brasil; somente as forças armadas resistem, ainda, ao “gramscismo”, evidenciando claramente o apelo

<sup>9</sup> Cfr. o artigo, ainda atual, de J. Ramos Regidor, *Presenza di Gramsci nella teologia della liberazione*, in *IG Informazioni*, 4 (1989), pp. 75-89.

<sup>10</sup> O. S. Ferreira, *Os 45 cavaleiros húngaros. Uma leitura dos Cadernos de Gramsci*, Editora da UnB, Brasília, 1986; J. G. Merquior, *Gramsci e o historicismo marxista*, in Id., *O marxismo ocidental*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1987, pp. 135-155.

<sup>11</sup> F. H. Cardoso, *Entrevista*, in *Veja*, 10/09/1997. Na versão em português, o texto de D’Alema se intitula *Que herege era aquele Gramsci liberal*, em *O Estado de São Paulo*, 30/08/1997. Trata-se do texto de encerramento pronunciado por D’Alema no Seminário *Gramsci e il Novecento*, promovido pela Fundação Instituto Gramsci, Cagliari, abril de 1997.

a uma intervenção militar...<sup>12</sup> Para confirmar esta suposição, um general reformado – claramente saudosista da ditadura – escreveu recentemente toda uma monografia, alertando os “ingênuos” contra o perigo das propostas de Gramsci<sup>13</sup>.

Como resultado deste grande interesse por Gramsci, foi publicado, entre 1999 e 2005, uma nova edição brasileira das obras gramscianas, compreendendo dez volumes, seis dedicados a uma edição completa dos cadernos, duas aos escritos pré-carcerários e duas das *Cartas do Cárcere*<sup>14</sup>. Muitos volumes desta edição já foram re-editados várias vezes.

## 6.

Para concluir, acredito, talvez, que o filão mais rico da influência moderna de Gramsci no Brasil consista no uso, sempre crescente, das suas categorias, para uma análise dos problemas cruciais da realidade brasileira de ontem e de hoje. Numerosos estudos sobre problemas da nossa cultura e sobre a história dos nossos intelectuais, por exemplo, se nutrem da noção “nacional-popular” gramsciana e das reflexões sobre a natureza contraditória do senso comum. Extremamente fecundo se está revelando, também, o emprego histórico-político do conceito de “revolução passiva”, para entender e explicar os processos de transformação “pelo alto”, isto é, elitistas e antipopulares, que marcaram os momentos decisivos da nossa história.

Mas, se as categorias de Gramsci podem ajudar a entender o nosso passado, elas também possuem a capacidade de iluminar nosso presente, através do “valor brasileiro” que possuem. Além da noção de “revolução passiva”, é particularmente importante para nós o conceito gramsciano de “Estado ampliado”, que nos permite compreender a singularidade de algumas das características essenciais da nossa situação presente, o fato de que o Brasil é hoje uma formação social de tipo “ocidental”, o que exige uma estratégia gramsciana (“guerra de posição”) para a construção do socialismo<sup>15</sup>.

É nesta atualidade de Gramsci que reside o motivo principal pelo qual ele conquistou *en maître* um espaço próprio na vida cultural brasileira. Após cinquenta anos de sua chegada no nosso país, Gramsci possui todas as condições legais para sua permanência: não somente adquiriu o visto de entrada, mas é, hoje, – com plenos direitos – um cidadão brasileiro.

*Recebido em 30 de outubro de 2008.*

*Aceito para publicação, em 2 de dezembro de 2008.*

<sup>12</sup> O. Carvalho, *Santo Antonio Gramsci e a salvação do Brasil*, in Id., *A nova era e a revolução cultural: Fritjof Capra e Antonio Gramsci*, Instituto de Artes Liberais, Rio de Janeiro, 1994; Id., *Gramsci é o ópio dos intelectuais*, in *República*, São Paulo, março de 2000.

<sup>13</sup> S. A. A. Coutinho, *A revolução gramscista no Ocidente*, Rio de Janeiro, Estandarte, 2002.

<sup>14</sup> A. Gramsci, *Cadernos do cárcere*, org. C. N. Coutinho, M. A. Nogueira e L. S. Henriques, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 6 vol., 1999-2002; Id., *Escritos políticos 1910-1926*, org. C. N. Coutinho, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2 vol., 2004; Id., *Cartas do cárcere*, org. L. S. Henriques e C. N. Coutinho, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2 vol., 2005. sobre os critérios utilizados nesta edição dos *Cadernos* cfr. C. N. Coutinho, *Una nuova edizione brasiliana di Gramsci*, in *International Gramsci Society Newsletter*, 9 (1999), p. 30-32; e I. Simonatto, *La nuova edizione dei Quaderni del carcere in Brasile*, in *Critica marxista*, 4 (2002), pp. 73-75.

<sup>15</sup> Parece-me ainda atual, neste sentido, o meu artigo, as categorias de Gramsci e a realidade brasileira, in *Critica marxista*, 5 (1985), p. 35-55.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTARO M. *Gramsci, "Crítica marxista" e l'America Latina*. Disponível em *Testo e senso* <www.testoesenso.it>, 8 2007.
- CARVALHO O. *A nova era e a revolução cultural: Fritjof Capra e Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro: Instituto de Artes Liberais, 1994.
- CARDOSO F. H. Entrevista. *Veja*, 10/09/1997
- \_\_\_\_\_. *República*. São Paulo: março de 2000.
- COUTINHO, C. N. *Brasile*. In SANTUCCI A. A. (org.), *Gramsci in Europa e in America*. Roma-Bari: Laterza, 1995.
- \_\_\_\_\_. e KONDER L. *Nota sobre Antonio Gramsci*. In A. Gramsci, *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- \_\_\_\_\_. Gramsci e i Sud del mondo: tra Oriente e Occidente. In *Critica marxista*, 6, 2003.
- \_\_\_\_\_. La società civile in Gramsci e il Brasile di oggi. in *Critica marxista*.
- \_\_\_\_\_. Una nuova edizione brasiliana di Gramsci. In: *International Gramsci Society Newsletter*, 9, 1999.
- COUTINHO S. A. A., *A revolução gramscista no Ocidente*. Rio de Janeiro: Estandarte, 2002.
- D'ALEMA. Que herege era aquele Gramsci liberal. *O Estado de São Paulo*, 30/08/1997.
- FERREIRA O. S. *Os 45 cavaleiros húngaros. Uma leitura dos Cadernos de Gramsci*. Brasília: Editora da UnB, 1986.
- GRAMSCI A., *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- \_\_\_\_\_. *Cartas do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 1966.
- \_\_\_\_\_. *Os intelectuais e a organização da cultura*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 1968.
- \_\_\_\_\_. *Escritos políticos 1910-1926*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2 vol., 2004.
- \_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 6 vol., 1999-2002.
- \_\_\_\_\_. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 1968.
- \_\_\_\_\_. *Literatura e vida nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- \_\_\_\_\_. *Quaderni del carcere*. Torino: a cura di V. Gerratana, Einaudi, 1975.
- MERQUIOR J. G. *O marxismo ocidental*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.
- NOGUEIRA, M. A. . Gramsci e il dibattito politico-culturale in Brasile. *Critica marxista*, 6, 1991.
- REGIDOR J. Ramos. Presenza di Gramsci nella teologia della liberazione. In: *IG Informazioni*, 4, 1989.
- SECCO, L. *Gramsci e o Brasil. Recepção e difusão de suas idéias*. São Paulo: Cortez, 2002.
- SIMIONATTO, I. . *Gramsci. Sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.
- \_\_\_\_\_. La nuova edizione dei Quaderni del carcere in Brasile. In: *Critica marxista*, 4, 2002.